

Explosão de pista recomeça dia 20

BRASÍLIA — A Operação Ianomâmi para a destruição de mais de 100 pistas clandestinas nas áreas indígenas de Roraima será reativada no dia 20. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães. Com os Cr\$ 150 milhões liberados pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, atendendo solicitação do ministro da Justiça, Bernardo Cabral, o comando da Operação Ianomâmi, integrado pela Funai, Exército, Aeronáutica, Polícia Federal e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), prevê a destruição de 60 pistas de pouso até o final do ano, com a retirada de mais de 5 mil garimpeiros.

Com a cassação da liminar concedida pelo juiz Erinaldo dos Santos em favor do empresário de garimpo Francisco Andrade, o Chico Jacaré, permitindo o funcionamento de cinco pistas dentro da área indígena Surucucu, Cantídio Guimarães acredita que a Operação Ianomâmi possa, finalmente, ser concluída com sucesso. "Tenho uma dívida de gratidão com os ianomâmis", afirma o presidente da Funai, recordando que em 1961, quando participava de uma operação da Força Aérea Brasileira (FAB) para levantamento sobre pistas clandestinas

que já existiam à época, fez contato com um grupo isolado de ianomâmis. "Fomos muito bem recebidos e, inclusive, eles nos forneceram alimentação", lembra Cantídio Guimarães.

O presidente da Funai garantiu que todos os esforços serão feitos para que a Operação Ianomâmi atinja sua meta, com a retirada de todos os garimpeiros que ainda permanecem nas áreas indígenas e com a explosão das pistas de pouso clandestinas. "O presidente Collor e o ministro Cabral determinaram que a solução do problema ianomâmi é prioritário na Funai", revelou Guimarães.

Saúde ameaçada — Uma das maiores preocupações da Funai, hoje, é com a saúde dos índios ianomâmis, atacados por malária, tuberculose e desnutrição, além de doenças venéreas. O médico Oneron Phitan, da Funai, realizou um completo levantamento na área Surucucu, onde há maior concentração de índios, e chegou a números assustadores. "Até 1987, casos de malária na reserva Surucucu eram raríssimos", assegura Phitan. "Hoje, há casos como o da maloca Uacahocibiu onde 90% dos índios contraíram a doença", completa.

"Quanto mais longe os índios estão dos garimpeiros, menor é a incidência de malária", constata Oneron Phitan, citando como exemplo duas aldeias: na região do Aikan, distante dos garimpos, apenas 9% dos índios foram atacados por malária, enquanto na região Botomata, próxima a garimpos, 60,5% dos índios estão com a doença.

Na área indígena Paapiú, a primeira a ser invadida por garimpeiros, a situação também é grave. Os médicos Bruce Albert e Ivone Menegola, do grupo Ação pela Cidadania, examinaram 225 índios, dos quais 166 estavam com malária, 63% deles com malária do tipo *falciparum*, a mais letal. "Esses dados revelam a gravidade da situação de saúde dos ianomâmis do Paapiú", alertam os médicos da Ação pela Cidadania, que constataram ainda sete casos de tuberculose.

"Antes de 1987, apenas dois casos de tuberculose haviam sido registrados na Casa do Índio de Boa Vista, um em 1985 e outro em '86", diz Ivone Menegola. Após a invasão dos garimpeiros, em 1988, Roraima passou a responder por 64% dos casos de tuberculose detectados em toda a região Norte, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde.

Procurador pede fim de garimpo

O procurador da República José Ricardo Lira Soares entrou com ação civil pública na Justiça Federal em Rondônia, pedindo a imediata intervenção federal no garimpo Bom Futuro, localizado no município de Ariquemes, a 202 quilômetros de Porto Velho (RO), onde mais de 3 mil homens e centenas de máquinas extraem atualmente para várias empresas mineradoras o equivalente a 20% da produção brasileira de estanho, mineral obtido a partir da cassiterita.

Na ação, o procurador pede que a Justiça Federal conceda ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral, um prazo de 20 dias para que este mande retirar todos os garimpeiros, apreenda todas as máquinas, equipamentos e o minério produzido na região. José Ricardo Soares denuncia que toda a atividade de garimpagem em Bom Futuro é totalmente ilegal, uma vez que não existe concessão de exploração emitida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que em 1987 chegou a permitir que a MS Mineração, hoje denominada Empresa Brasileira de Estanho (Ebesa), fizesse pesquisa de lavra em Ariquemes (RO).

O procurador da República pede ainda à Justiça Federal que a área do garimpo seja guardada pela Polícia Federal até o término da ação civil pública ou até que o governo federal regularize a exploração das jazidas de cassiterita dando preferência às cooperativas de garimpeiros, conforme determina a Constituição. Chamando a região de "antecâmara do inferno", o procurador denuncia à Justiça que a atividade de garimpagem já depredou todo o meio ambiente e comprometeu, de maneira irreversível, o ecossistema de toda a região do município, principalmente seus rios e igarapés, hoje totalmente assoreados. Só no igarapé Jacaré e no Rio Santa Cruz, segundo o procurador, são lançados mensalmente 850 mil metros cúbicos de rejeitos sólidos, o que equivale a 75 mil caminhões carregados.

O estanho produzido em Bom Futuro, segundo o procurador, é vendido ilegalmente ou contrabandeado para o exterior. Soares cita dados da Associação dos Países Produtores de Estanho, para afirmar que, de janeiro a outubro do ano passado, foram contrabandeados para o exterior cerca de 9,5 mil toneladas de estanho, o que representa cerca de 27,5% das exportações oficiais do Brasil e cerca de 5% do consumo mundial do produto. Este contrabando chegou a derrubar a cotação do estanho no mercado mundial à metade.